

OFÍCIO Nº 1.038/2024/DIREX/CFC

Brasília, 19 de junho de 2024.

Ao Ilmo.
Robinson Sakiyama Barreirinhas
Secretário Especial da Receita Federal do Brasil
Esplanada dos Ministérios
Ministério da Economia
Brasília - DF

Mario Jose Dehon São Thiago Santiago
Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento
Esplanada dos Ministérios
Ministério da Economia

Assunto: DIRBI.

Senhor Secretário Especial,

Ao cumprimentá-lo, este Conselho Federal de Contabilidade, a FENACON - Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, o IBRACON - Instituto Brasileiro de Auditores Independentes, vem manifestar a completa insatisfação de toda a classe contábil brasileira com a **Instrução Normativa RFB 2198/2024**, a qual criou a obrigatoriedade da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária – DIRBI.

A exigência instituída pelo citado instrumento legal, preocupa sobremaneira o CFC, e as entidades citadas, por se tratar de uma obrigação acessória imposta às empresas sejam de grande, médio ou pequeno porte, caso alguma dessas entidades empresariais se enquadrem em uma das situações citadas no anexo único, em conformidade com o previsto no art. 1º da IN 2198/24:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária - Dirbi, a ser apresentada pelas pessoas jurídicas que usufruem benefícios tributários constantes do Anexo Único.

Assim, todos os contribuintes que possuem algum benefício fiscal deverão informar mensalmente essa nova exigência fiscal, que se mostra complexa, por exigir informações detalhadas sobre créditos tributários referentes aos impostos e contribuições que não foram recolhidos por estarem abrangidos por concessões de benefícios e incentivos fiscais.

A edição do Decreto Lei nº 6.022/2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, cujo propósito inicial previa a simplificação, por eliminação de redundâncias e no decorrer dos dezessete anos de existência foi se ramificando para o que hoje configura uma rede de informações, a saber: Nota fiscal

Eletrônica, CT-e, ECD, ECF, EFD-Contribuições, EFD ICMS/IPI, eSocial, EFD Reinf, e-Financeira, MDF-e, NFC-e DCTF-Web, Dimob, Dmed, Decred e Central de Balanços.

“Art 2º. O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações”.

A partir do marco inicial da criação do projeto SPED, o CFC e as entidades citadas construíram uma relação de parceria onde a cada nova exigência a ser criada, eram discutidas, analisadas, identificadas e eliminadas as redundâncias, sempre com a participação direta dos renomados auditores da Receita Federal e representantes da classe contábil em um ambiente respeitoso de debates, inclusive a maioria deles ocorrendo dentro do próprio CFC. Nenhuma nova obrigação foi criada sem que a classe contábil fosse ouvida e o projeto amplamente discutido.

A edição dessa nova obrigação acessória, recai preponderantemente sobre os profissionais e organizações contábeis, que assumirão a responsabilidade de alimentação de dados, armazenamento, controle, validação e envio dos arquivos. Toda essa exigência ocorrerá já a partir de julho/2024, sem a disponibilização de orientações suficientes sequer sobre a plataforma digital que será utilizada para transmissão das informações.

Ademais as informações sobre incentivos e benefícios fiscais, são tratadas e informadas nos respectivos módulos do SPED.

Nº	Nome	Modulo Sped que contém a Informação
01	Perse	1. EFD-Contribuições 2. ECF
02	RECAP	1. EFD-Contribuições
03	REIDI	1. EFD – Contribuições
04	REPORTO	1. EFD – Contribuições 2. EFD ICMS/IPI
05	OLEO BUNKER	1. EFD - Contribuições
06	Produtos Farmacêuticos	1. EFD -Contribuições
07	Desoneração da Folha	1. Esocial 2. EFD - Reinf
08	PADIS	1. EFD-Contribuições 2. ECF
09	Carne bovina - Exportação	1. EFD -Contribuições
10	Carne Bovina - Industrialização	1. EFD - Contribuições
11	Café Não Torrado	1. EFD – Contribuições
12	Café Torrado	1. EFD – Contribuições
13	Laranja	1. EFD – Contribuições
14	Soja	1. EFD – Contribuições
15	Carne Suína	1. EFD – Contribuições
16	Produtos Agropecuários	1. EFD - Contribuições

Portanto, todas as informações necessárias para o perfeito controle da ordem tributária nacional já constam da base de dados na Receita Federal e órgãos tributários estaduais quando referidos. Reiteramos que todas essas informações são alimentadas, tratadas e enviadas em sua grande maioria por profissionais contábeis já amplamente sobrecarregados de obrigações acessórias que são cumpridas diuturnamente.

Exposto está que esta nova obrigação não se justifica, devido a todas as informações que o fisco necessita já estarem contidas em uma ou mais das obrigações acima listadas. Devendo a sua exigência ser revogada pela redundância das informações já em poder o fisco.

Ademais, entende-se que a implementação da DIRBI deveria ser precedida de uma análise de impacto regulatório que dimensionasse o custo operacional e os efeitos dessa nova exigência na rotina operacional dos Profissionais Contábeis, além das multas previstas cujos valores são extremamente elevados.

Considerações Finais:

Por tudo exposto, pleiteamos as seguintes medidas:

1. Exclusão dessa exigência, por redundância das informações já prestadas.
2. Em caso de não atendimento ao pleito, que esse projeto seja amplamente discutido com a classe contábil brasileira, seu prazo revisado por impossibilidade de cumprimento e os valores das multas reduzidos.

Isto posto e certos de que a continuidade da parceria agregará resultados satisfatórios aos objetivos pretendidos, ficamos na expectativa do cancelamento dessa nova exigência fiscal.



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC



Daniel Mesquita Coêlho
Presidente da Fenacon



SEBASTIAN SOARES
Presidente do Ibracon